

LUCAS
POLESE

DEPUTADO FEDERAL

2212



CADERNETA

DE PROPOSTAS

SEGURANÇA PÚBLICA

Defesa da implementação do Direito Penal do Inimigo como política de enfrentamento às facções criminosas. Quem nega o pacto social e opera constantemente sob a lógica de um Estado paralelo, não pode ser tratado como um cidadão nacional, digno dos mais amplos direitos. Para estes, enfrentamento duro através do monopólio estatal da força e, quando presos, a extinção de quaisquer privilégios ou vantagens de natureza penitenciária, como medidas de relaxamento de pena, progressão de regime, “saidinhas” ou visitas íntimas.

Para combater o crime organizado, não basta estudar o que deu certo ao redor do mundo. Também é necessária a coragem de enfrentar as represálias e ameaças que organizações altamente estruturadas podem oferecer, sem temer as consequências. No estado, provamos que temos essa capacidade, liderando a aprovação - apesar de todas as tentativas de intimidação - de leis como a de retaguarda jurídica aos operadores de segurança pública, e a de fim das visitas íntimas para criminosos sexuais e faccionados - duro golpe contra a organização funcional do crime, que ocorre dentro dos presídios -, mas, infelizmente, vetadas pelo Governo do ES. Também fomos coautores do cadastro público de pedófilos, até hoje nunca posto no ar pelo poder público estadual, e mais um programa que precisa ser efetivado nacionalmente. Defendemos a redução da maioria penal, o amplo enrijecimento das políticas de segurança e a modernização do enfrentamento financeiro sobre essas organizações, atualizando legislações para que conectem bases de dados de diferentes instituições e acelerem a capacidade de confisco de bens de lideranças do crime.

LUCAS
POLESE
DEPUTADO FEDERAL
2212

AGRO

Criação do estatuto do agricultor, que consolide uma legislação - com proteções de natureza ambiental - que passe a enxergar o homem do campo como o grande colaborador na preservação do ecossistema que é, e que garanta uma série de direitos cada vez mais vilipendiados pelo Estado, como de manejo de solo, utilização responsável de recursos hídricos, etc; Lei de responsabilidade alimentar, que priorize redução na tributação interna sobre alimentos da cesta básica produzidos aqui, antes da importação de produção coexistente no Brasil (como ocorreu com cacau e morango); Alteração legal para que habitar imóvel rural seja considerado como “efetiva necessidade” automática para a posse de arma rural; Proteção de todas as cadeias produtivas da agropecuária, que hoje sofrem constantes tentativas de restrição, como com o uso de defensivos agrícolas; Defesa dos rodeios, cavalgadas e da cultura do interior; Utilização de emendas para promover a interiorização da infraestrutura pública capixaba, para que a população do campo não tenha que deixar a zona rural por falta de opção e acesso a serviços básicos.

LUCAS
POLESE
DEPUTADO FEDERAL
2212

MEIO AMBIENTE

Enfrentamento ao falso discurso ambiental politicamente correto, focado em temas como “carbono” e “mudanças climáticas”, que estão à escalas de grandeza de distância e aos quais exercemos pouquíssimo impacto no cenário global, e foco nos problemas ambientais reais do Brasil, muito menos complexos e que já foram solucionados em diversos países do mundo, como o de esgoto (1/4 da população do ES ainda não tem acesso à rede), o de deterioração da nossa bacia hidrográfica (100% dos rios urbanos do ES estão poluídos, em algum grau) e o de aterros sanitários, por exemplo. Criação de ranking nacional de avaliação e controle dos parâmetros de qualidade hídrica. Proposição de legislação que fomente cadeias produtivas sustentáveis - de energia, reciclagem, compostagem e afins - a partir do lixo, e de legislações de fomento ao ecoturismo, pesquisa, parcerias público-privadas financeiramente rentáveis com parques e mercado a partir da floresta de pé, tornando a preservação um negócio rentável.

LUCAS
POLESE
DEPUTADO FEDERAL

2212

SETOR PRODUTIVO

Enfrentar as forças que desindustrializam o Brasil e impedem a expansão de nossas cadeias produtivas, há 4 décadas. Levar para a esfera nacional, temas que capitaneamos na Assembleia Legislativa, como a revogação de leis danosas ou obsoletas, e a desburocratização das legislações que regem as esferas pública e privada, tornando o Estado extremamente ineficiente e amarrando a competitividade dos mercados.

No ES, encampamos a autoria de revogação e a coautoria da redação final do novo marco do licenciamento ambiental; Alteração na dinâmica de estímulos dos programas sociais, para que parem de desestimular o assistido a trabalhar; Defender o setor produtivo significa não deixar ninguém para trás, do maior ao menor: foi o que fizemos quando impedimos a aprovação de lei elitista que iria impor exigências tecnológicas em barcos de pesca, acabando com o pequeno pescador artesanal no estado, ou quando paralisamos diversas desapropriações que tomariam terras produtivas de famílias humildes, ou quando ajudamos a encampar a luta que derrubou a proibição da pesca na baía de Vitória. Defender o setor produtivo é tratar todo emprego/serviço como essencial.

LUCAS
POLESE
DEPUTADO FEDERAL
2212

SAÚDE

Compromisso público de destinação de 50% das emendas parlamentares a hospitais, instituições de saúde pública e de assistência social, com foco na interiorização da estrutura do sistema público de saúde, otimizando a qualidade de vida dos pacientes capixabas, os atendimentos especializados em todas as regiões do estado, e desafogando a rede pública de saúde da região metropolitana.

EDUCAÇÃO

Propor e apoiar reformas voltadas à inverter a pirâmide educacional do país, focando os investimentos e medidores de qualidade no ensino básico; Substituição da perspectiva construtivista e do método global/analítico, pelo método fônico, como política nacional de alfabetização; Extinção da proposta de educação problematizadora, fim da relação horizontal entre educador e educando, e restauração da hierarquia em sala de aula, com professores capazes de aplicar punições administrativas e poder de reprovação de aluno; Legislação prevendo demissão e punições administrativas para os graves casos de doutrinação ideológica e religiosa em ambiente escolar; Fim das cotas identitárias; Propor e apoiar reformas educacionais que garantam o ensino de conhecimentos essenciais para a vida, durante o processo de formação do aluno, como princípios do Direito, educação financeira, cidadania básica e primeiros socorros; Derrubada do título de patrono da educação de Paulo Freire como ato simbólico da retomada educacional do país.

LUCAS
POLESE
DEPUTADO FEDERAL

2212

TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO.

Alteração legal do confisco civil de bens, para que crimes contra a administração pública resultem em confisco patrimonial equivalente ao dano causado ao erário - a exemplo do que ocorre com os crimes de tráfico e trabalho escravo -, após ação civil, que independa da vagarosa e ineficiente tramitação penal dos crimes de colarinho branco no Brasil; Obrigatoriedade de seguro em obras públicas complexas, seguindo modelos dos países desenvolvidos, cobrindo até 100% do valor contratado e contando com cláusula de retomada, para casos de falência ou abandono, e fiscalização privada preventiva; Aumento de penas para crimes como peculato e emprego irregular de verba pública; Proibição do sigilo em documentos e processos do governo que não envolvam, estritamente, privacidade ou segredo de Estado; Além do meu próprio trabalho de fiscalização, que resultou em boa parte das ações que o Governo do ES responde, na justiça, nos últimos 4 anos.

LUCAS
POLESE
DEPUTADO FEDERAL
2212

DEFESA DA LIBERDADE

Criação do Estatuto do Armamento, contendo, dentre outras: derrubada das alterações legais desarmamentistas aprovadas no governo Lula 3; legislação prevendo o “registro facilitado” de calibre .22, com dispensa de “efetiva necessidade” e trâmite acelerado; e legislação que desclassifique arma de antecarga/polveira - amplamente utilizadas no meio rural para controle de pragas e autoproteção - do conceito legal de “arma de fogo”, passando a ser considerada como ferramenta de utilidade/subsistência, e livre de sanções de natureza penal e administrativa.

Alteração do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Telecomunicações, classificando as grandes plataformas digitais de comunicação e redes sociais, que atuem em conformidade com a legislação nacional, como “infraestrutura/serviço de utilidade pública essencial”, vedando o bloqueio coletivo e estabelecendo o devido processo legal - com regras de transparência, ampla defesa e contraditório - como requisito fundamental para vedação de conteúdo individual. Compromisso público de votar contra qualquer proposta que estabeleça ou fomente censura.

Lei da Liberdade de Expressão que estabeleça, na lei penal, que nenhum cidadão pode ser investigado, indiciado ou punido com base em tipificações genéricas e termos vagos, abertos ou subjetivos, vedando relatórios policiais e denúncias do Ministério Público com base em expressões da novilíngua progressista, como “discurso de ódio” e afins. Proibição de órgãos do Poder Executivo ou agências reguladoras de criarem “secretarias de monitoramento de conduta” de cidadãos civis no ambiente digital, padrão que se tornou comum no governo Lula 3.

Lei da liberdade financeira, que abranja legislações como: Pix como “serviço essencial” livre de qualquer taxa, permanência das cédulas físicas de Real e proibição da imposição de CBDC/Drex como meio monetário único.

LUCAS
POLESE
DEPUTADO FEDERAL

2212

PAUTA MORAL

Sou um cristão, e, por isso, rejeito o polilogismo e o conceito de “verdades relativas”, e acredito em uma verdade objetiva universal. Estados que operam sistematicamente, através de propaganda e engenharia social, para corroer a capacidade das sociedades em enxergá-la, servem propriamente ao mal. Adultos capazes são responsáveis por suas próprias escolhas, desde que não atinjam terceiros, mas crianças jamais podem ter a percepção de fatos lógicos e conceitos objetivos do mundo - como a de dois sexos biológicos, homem e mulher, ou a de direitos humanos inalienáveis, como à vida, liberdade e propriedade - distorcidas por políticas de governo durante seu processo de formação. Assim como fizemos no ES, enfrentando frontalmente a doutrinação em escolas e propondo leis proibindo o financiamento de ativismo ideológico com dinheiro público, ou proibindo “banheiros de gênero” em escolas e a competição de atleta trans em categorias esportivas contrárias ao seu sexo biológico, pretendemos enfrentar o ativismo woke frontalmente em Brasília, sufocando fontes de financiamento, combatendo o identitarismo nas políticas públicas e trazendo de volta, a lógica jurídica de que todos os cidadãos são iguais perante a lei e devem ser tratados de forma horizontal pelo Estado, independente de características físicas de nascimento ou de suas crenças pessoais. Pelo fim das cotas identitárias, da farra das pseudo “políticas de gênero” bancadas pelo suor do contribuinte e do ativismo institucional que afronta a liberdade religiosa e persegue padres, pastores e fiéis cristãos.

LUCAS
POLESE
DEPUTADO FEDERAL

2212